



## **Avaliação da Aprendizagem: Desconfortos e Tensões de Professores Indígenas que Ensinam Matemática**

### **Learning Assessment: discomforts and tensions of indigenous teachers who teach mathematics**

Gabriel Florencio de Jesus<sup>1</sup>

Ilaine da Silva Campos<sup>2</sup>

Wagner Ahmad Auarek<sup>3</sup>

#### **RESUMO**

Neste artigo, discutimos sobre a avaliação da aprendizagem do ponto de vista de dois professores indígenas que ensinam matemática no Ensino Fundamental II. O contexto do estudo é a escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha, no município de Santa Cruz Cabralia, estado da Bahia. Para o desenvolvimento do estudo, foram realizadas entrevistas com dois professores indígenas, na intenção de buscar entendimentos sobre como esses professores realizam a avaliação da aprendizagem em matemática. Os professores, em suas falas, demonstram desconfortos em adotar métodos de avaliação que consideram tradicionais e explicitam tensões entre esses modelos tradicionais de avaliar e um possível e desejado processo de avaliação que seja consonante à proposta da Educação Escolar Indígena, em seu contexto particular. Diante dessas tensões e desconfortos, os professores desenvolvem formas singulares e híbridas para avaliar a aprendizagem dos seus alunos, em contraponto ao modelo tradicional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Avaliação da Aprendizagem; Professores Indígenas; Educação Escolar Indígena; Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha.

#### **ABSTRACT**

In this article, we discuss learning assessment from the point of view of two indigenous teachers who teach mathematics in Grade School II. The study context is the Pataxó Coroa Vermelha Indigenous School, in Santa Cruz Cabralia, a municipality in the state of Bahia. For the study development, interviews were conducted with two indigenous teachers, in an attempt to find out how these teachers perform the evaluation of learning in

<sup>1</sup> Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha. E-mail: gabriel.pataxo@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: ila\_scampos@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: wagnerauarek@gmail.com

mathematics. Teachers, in their statements, show discomfort in adopting evaluation methods that consider traditional and explicit tensions between these traditional models of evaluation and a possible and desired evaluation process that is consonant with the proposal of Indigenous School Education in its particular context. Faced with these tensions and discomforts, teachers develop unique and hybrid ways to evaluate their students' learning, as opposed to the traditional model.

**KEYWORDS:** Learning Assessment; Indigenous Teachers; Indigenous School Education; Pataxó Coroa Vermelha Indigenous School.

## Introdução

Este artigo é fruto de uma pesquisa realizada pelo primeiro autor, estudante indígena do curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas (FIED), na habilitação em Matemática, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A pesquisa, que contou com a orientação dos dois outros autores, teve como foco de discussão a avaliação da aprendizagem, que ocorre em escolas indígenas, do ponto de vista de professores indígenas que ensinam matemática.

A temática da pesquisa origina-se do estranhamento do primeiro autor ao não identificar, no âmbito do seu curso, discussões teóricas que problematizem a avaliação da aprendizagem no âmbito da Educação Escolar Indígena e que subsidie a ação docente em escolas indígenas. Dessa maneira, explicita a importância de se pautar discussões sobre o tema nas instâncias de formação de professores indígenas.

Consideramos importante demarcar que este artigo é fruto de uma pesquisa realizada por um professor indígena que traz questões relacionadas à Educação Escolar Indígena buscando compreendê-las a partir do ponto de vista de outros professores indígenas que ensinam matemática. Em síntese, o estudo trata-se de uma discussão proposta por um educador indígena sobre questões que tencionam a sua atividade profissional. Nessa direção, o presente artigo pode contribuir nas discussões sobre a temática Diversidade no campo da Educação Matemática.

Inicialmente, a proposta deste artigo pode ser entendida de maneira pontual, trata-se de uma discussão sobre avaliação. Contudo, o desvelamento dessa discussão nos possibilitará evidenciar e questionar aspectos que envolvem tensões e desconfortos vivenciados por professores indígenas diante do desafio de ter uma escola específica e diferenciada e, ao mesmo tempo, essa escola estar submetida à lógica de um sistema hegemônico de educação escolar.

Cientes da diversidade e complexidade da Educação Escolar Indígena, faz-se necessário destacar que estamos abordando essa discussão de um lugar específico, a escola

escolhida pelo primeiro autor como contexto de sua pesquisa, e do ponto de vista de dois professores indígenas que ensinam matemática no Ensino Fundamental II dessa escola, os sujeitos da pesquisa. Contudo, ao propor a presente discussão, reconhecemos suas potencialidades na interlocução com outros estudos, a saber: sobre avaliação no campo da Educação e da Educação Matemática (GATTI, 2003; PAVANELLO; NOGUEIRA, 2006; MUNIZ; SANTINHO, 2010); sobre avaliação das escolas indígenas e a relação de professores indígenas com avaliações (BRIGHENTI, 2017; SILVA, 2016); sobre a relação entre os indígenas com avaliações frente aos processos de inclusão e permanências deles nas instituições de ensino superior (ASSIS, 2006); sobre a formação de professores indígenas (SANTOS, 2018); sobre as ações desenvolvidas no âmbito do curso de formação de professores indígenas que esse estudo tem sua origem (TOMAZ; CAMPOS, 2018; FIGUERIREDO, 2018); sobre a escola e a comunidade indígena das quais este artigo trata (FERREIRA de SOUZA, 2018; SILVA SOUZA, 2018); dentre outros.

Ao buscarmos nos localizar na diversidade que o contexto dessa pesquisa se insere, na próxima seção, apresentaremos o primeiro autor, os sujeitos da pesquisa e os principais contextos de onde emergiram as questões apresentadas neste estudo. A seção será escrita na primeira pessoa, pois faz referência ao lugar ocupado pelo primeiro autor. Na sequência, apresentaremos uma discussão respaldados nos referenciais assumidos para o desenvolvimento do estudo. Em sequência, a partir dos dados empíricos, discutiremos as questões emergentes das falas dos professores participantes do estudo. Por fim, apresentaremos as considerações finais.

### **Quem fala, com quem falo e de onde falo**

Sou, antes de tudo, indígena Pataxó, residente na aldeia Juerana, na Terra Indígena Pataxó Coroa Vermelha, localizada no extremo sul da Bahia. Também, sou professor da escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha (FIGURA I), contexto deste estudo. No decorrer desta seção, apresentarei trechos do meu memorial<sup>4</sup>, buscando estabelecer possíveis interlocuções deste artigo com as lutas que historicamente demarcam as conquistas e os inúmeros desafios dos povos indígenas por uma Educação Escolar Indígena no território

---

<sup>4</sup> Estou chamando de memorial uma parte do texto do meu trabalho de conclusão de curso na qual relato sobre minha trajetória de vida.

brasileiro. Dessa forma, acredito que trechos do memorial explicitam questões de interesse à formação de professores indígenas, como esclarece Figueiredo (2018):

Em relação à vida escolar, as memórias também nos dão pistas valiosas sobre a história da educação escolar indígena em diferentes localidades. As lembranças oscilam entre aqueles que tiveram a sorte de estudar toda a vida em uma escola indígena dentro de seus territórios e outros que, por terem saído de suas comunidades para acompanhar suas famílias, acabaram tendo de estudar em escolas não indígenas fora de seus territórios. (FIGUEIREDO, 2018, p. 181)

A minha relação com a escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha se iniciou ainda na condição estudante:

Minha vida escolar começou na escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha, onde estudei da alfabetização até a 4ª série. Nesse período, a Educação Escolar Indígena ainda era de responsabilidade da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, [...]. Após a conclusão da 4ª série, fui estudar em uma escola não indígena, escola Victorino da Purificação Figueiredo, que se localiza em uma área não indígena, pois na escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha não eram ofertadas as séries seguintes. Após a conclusão da 8ª série, entre os anos de 2000 e 2003, cursei o Magistério (não indígena), na escola municipal Professora Nair Sambrano Bezerra, localizada no centro da cidade de Santa Cruz Cabrália. Em 2003, aconteceu minha formatura em Magistério.

[...]

Por alguns anos, exerci atividades na Administração Pública Municipal, em Santa Cruz Cabrália, e na Coordenação Local Técnica da FUNAI - CLT/FUNAI, em Porto Seguro.

[...]

Passado esse período na administração pública, no ano de 2017, retornei à escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha a partir de um processo seletivo municipal e tendo sido convocado pela escola, pois a demanda por mais profissionais nessa escola aumenta a cada ano devido à quantidade de alunos matriculados. [...] (JESUS, 2018, p. 12-13)

Nesse período, que retornei na condição de professor, já era discente no curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas, no qual ingressei em 2014 e conclui no presente ano, em 2018:

Como tinha a ideia de retornar para a escola como professor, resolvi fazer o vestibular da UFMG. Optei por essa instituição por saber das boas reações e compromissos com a Educação Escolar Indígena na formação de educadores indígenas. (JESUS, 2018, p. 14)

Nesse curso, integrei uma turma que, em sua trajetória, teve sua identidade constituída pela diversidade de etnias, diversidade linguística e de territórios dos quais nos originamos,

éramos trinta e quatro estudantes. Essa rica diversidade me possibilitou perceber singularidades e peculiaridades do contexto do qual falo, a escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha. A diversidade dessa turma foi descrita por Tomaz e Campos (2018), que também explica a organização do curso:

Esse grupo era composto por trinta e quatro estudantes de cinco povos indígenas que vivem em diferentes estados brasileiros, formando um cenário sociolinguístico múltiplo: Guarani, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro; Pataxó, da Bahia e de Minas Gerais; Pataxó Hã-Hã-Hãe, da Bahia; Maxakali e Xakriabá, de Minas Gerais.

A UFMG oferece regularmente, desde o ano de 2009 e com duração de quatro anos, o Curso de Licenciatura em Formação Intercultural para Educadores Indígenas (FIEI). As atividades acadêmicas nesse curso são concentradas em duas etapas semestrais, em horário integral: uma fase intensiva, em um período de cinco semanas nas dependências da UFMG; e outra, com duração de sete a dez dias, nos territórios indígenas. No intervalo entre essas duas etapas, outras atividades letivas são realizadas, continuamente, em interlocução com as comunidades indígenas. (TOMAZ; CAMPOS, 2018, p. 559)

Como já foi mencionado, a escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha é o contexto do presente estudo. Essa escola tem sua sede na Aldeia Pataxó Coroa Vermelha, Gleba A, no Centro Cultural Pataxó, às margens da BR 367 - KM 06. A aldeia Coroa Vermelha está localizada no município de Santa Cruz Cabrália, na divisa com o município de Porto Seguro, extremo sul da Bahia, distante 816 km de Salvador. Atualmente, a Terra Indígena Pataxó Coroa Vermelha é formada por quatro Glebas (A, B, C e D), com extensão territorial em dois municípios, Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro. A Gleba A é a parte urbana, Aldeia Pataxó Coroa Vermelha, no município de Santa Cruz Cabrália.

**Figura I:** Fotos da escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha (Sede)



**Fonte:** Arquivo pessoal do primeiro autor

A escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha é uma escola específica e diferenciada, voltada à valorização da cultura indígena Pataxó e à promoção de novos conhecimentos tradicionais e científicos. Atualmente, essa escola é composta por uma sede e cinco extensões. Estas são localizadas em outras aldeias do território indígena de Coroa Vermelha. Em 2017, ao total, constavam 1.020 alunos matriculados, em 43 turmas distribuídas entre a Educação Infantil, o Ensino Fundamental I e II e a Educação de Jovens e Adultos, sendo a maior escola do município em números de alunos.

Considero importante destacar que a escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha (sede) tem características peculiares em relação à vários aspectos se comparada às demais escolas Indígenas Pataxó da região. Essa afirmação se sustenta pela localização da aldeia, trata-se de uma aldeia urbana e cercada pela força do turismo e comércio. Diante disso, enfrenta questões sociais semelhantes a de uma escola de um centro urbano.

A essa escola, coloca-se o desafio de continuar sendo diferenciada e específica e ainda ser capaz de preparar os seus alunos para o cotidiano cultural, bem como para o urbano, para uma vida em uma sociedade cada vez mais exigente e tecnológica, tão fragilizada em seus valores culturais, ancestrais e sociais, com crianças e jovens em situação de risco. Nesse contexto, o professor tem que lidar com uma comunidade escolar envolvida em um centro urbano com problemáticas sociais cada vez mais influentes na escola.

Considero que a escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha é muito presente na comunidade, participando dos movimentos indígenas e aberta à comunidade. Trata-se de um espaço democrático que discutimos as problemáticas enfrentadas para a promoção da Educação Escolar Indígena e, também, discutimos e planejamos projetos ou ações além da escola. No nosso Projeto Político Pedagógico, informamos que essa escola se estrutura a partir das seguintes características: Comunitária; Intercultural; Bilíngue/Multilíngue; Específica/Diferenciada.

Novamente, retomo ao meu memorial, para explicar como se constituíram os questionamentos que originaram o presente estudo:

Ao pensar em minha trajetória, identifico que comecei a ter um certo incômodo sobre como se efetiva o processo de avaliação da aprendizagem dos alunos no período que cursei o Magistério (não indígena), entre os anos de 2000 e 2003. Nesse curso, estudávamos muito sobre metodologias de ensino e aprendizagem, comportamentos dos alunos, dentre outros aspectos. Entretanto, não via um movimento que buscasse em nós estudantes, como

futuros professores, discussões sobre metodologias para avaliar a aprendizagem dos alunos. Nesse período, eu já questionava sobre o que seria avaliar, pois já entendia que para o sucesso das práticas de ensino, no sentido de favorecer a aprendizagem dos alunos, era necessário haver uma relação coerente entre como se ensina e como se avalia. A motivação para estudar esse tema se tornou ainda mais forte quando já formado em Magistério, passei a atuar como professor.

A partir da inquietação sobre o tema avaliação e na condição de professor da escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha, pude perceber a ausência entre nós, professores indígenas dessa escola, de discussões sobre possíveis metodologias avaliativas para nos apoiar na compreensão sobre a aprendizagem dos nossos alunos. Ao mesmo tempo, pelo fato desta instituição ser uma escola da rede municipal, estamos submetidos ao modelo de avaliação pensado para a escola não indígena que, em muitos aspectos, não contribui para a Educação Escolar Indígena. [...]

Nas minhas experiências como estudante do curso de Licenciatura em Formação Intercultural para Educadores Indígenas (FIEI), na habilitação em Matemática, percebo que esse tema (avaliação da aprendizagem) tem sido presente, embora de maneira a compor outras discussões. [...]. Nas experiências como professor, tenho que avaliar os meus alunos segundo os modelos que geralmente já são predeterminados pelas escolas.

Ao refletir sobre essas experiências, percebo que esse tema não tem sido central ou aprofundado nessas instâncias, nas quais sou professor ou estudante. (JESUS, 2018, p. 8)

Na condição de professor da escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha, sou levado a avaliar meus alunos de acordo com as orientações já estabelecidas pela escola, que acontece da seguinte maneira: o professor atribuir três notas aos alunos, que são somadas e depois o resultado é dividido por três, isso se repete a cada unidade, em um total de quatro unidades ao ano. Cabe destacar que os professores têm “liberdade” para elaborar as atividades avaliativas. Mas, entre as três avaliações, é necessário realizar uma prova escrita, pois os próprios formulários de registro de notas, da Secretaria Municipal de Educação, já prever esse tipo de avaliação. Sobre as três avaliações, são sugeridas: trabalhos de classe ou extraclasse com apresentação; teste individual, que poderá ser por consulta no caderno; avaliação escrita no final da unidade.

A minha experiência em escolas indígenas me permitiu inferir que não há clareza por parte dos professores indígenas sobre a pertinência de adotar esse modelo e não tenho conhecimento de problematizações entre nós (professores) que coloquem em questionamento a coerência de adotar, em uma escola indígena, um modelo de avaliação que embora nos possibilite certa abertura, também nos obriga a aplicar uma prova escrita que nem sempre corresponde às especificidades necessárias para avaliar nossas atividades.

Para o desenvolvimento do estudo, convidei professores indígenas da escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha, que estavam atuando na disciplina de matemática, no Ensino Fundamental II, no ano de 2017, para participarem da pesquisa, tendo a aceitação de dois do total de três professores. Para isso, realizei entrevistas (ROSA; ARNOLDI, 2006), produzindo dados de natureza qualitativa (FLICK, 2009) que foram gravados em áudio e posteriormente transcritos. Os entrevistados foram os professores Heron, em 15-08-2017, e Jeivaldo, em 18-09-2017<sup>5</sup>. Sobre entrevista, entendo que

não se trata de um simples diálogo, mas sim de uma discussão orientada para um objetivo definido, que através de um interrogatório, leva o informante a discorrer sobre temas específicos, resultando em dados que serão utilizados na pesquisa. (ROSA; ARNOLDI, 2006, p. 17)

O professor Heron é indígena da etnia Pataxó, formado na Licenciatura em Formação Intercultural para Educadores Indígenas, na habilitação Letras, Artes e Literatura, pela UFMG e concluiu a graduação no ano de 2016. No momento da entrevista, estava cursando uma pós-graduação na área de Educação Matemática.

O professor Jeivaldo é indígena Pataxó, formado em Técnico em Hotelaria, depois cursou Magistério (não indígena), é Licenciado em Pedagogia pela Universidade de Uberaba (UNIUBE) e pós-graduado em Educação Física Escolar pelo Instituto Brasileiro de Ensino (IBE). No momento da entrevista, estava cursando, na UFMG, a Licenciatura em Formação Intercultural para Educadores Indígenas.

A seguir, trechos das entrevistas que esclarecem alguns condicionantes que levaram os sujeitos deste estudo a assumirem a função de professor de matemática:

Heron: Acredito que foi pela necessidade da escola na época, não tinha na comunidade pessoas que pudessem substituir um professor, aqui da escola, de matemática. Então, como eu vinha substituindo ele, a direção resolveu dá essa oportunidade pra mim, também, tá mostrando meu trabalho.

Jeivaldo: Em nossa escola há algumas diferenças, principalmente, na escolha dos professores para atuarem em certas disciplinas, eu mesmo sempre gostei de atuar nas disciplinas de ciências e educação física, mas devido à minhas habilidades na área da matemática, também gosto de atuar nesta área.

Ao apresentar os sujeitos da pesquisa e esses trechos das entrevistas, apesar de não ser o objetivo central do artigo, intencionalmente, explicitarei que há uma lacuna, ou a falta de

---

<sup>5</sup> Os professores preferiram serem identificados com os seus próprios nomes.

equivalência entre as áreas de formação acadêmica e as áreas de atuação na escola. Faltam, principalmente, professores formados na área de ensino de matemática na escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha. Isso vem dialogar com a importância das instituições de ensino superior, no campo das formações interculturais para educadores indígenas, continuarem a promover ou ainda iniciar essa oferta de formação específica para os professores indígenas, pois ser licenciado em uma área e atuar em outra é aumentar o desafio do professor indígena, mesmo que apoiado em suas experiências.

Contudo, destaco que esse é meu ponto de vista e sei que pode ser fortemente questionado por outros professores que se dedicam à Educação Escolar Indígena. Sendo ou não um ponto convergente nas nossas lutas pela Educação Escolar Indígena, ressalto a importância de discutirmos essa questão.

Na próxima seção, apresentaremos alguns apontamentos teóricos que subsidiam a discussão central deste artigo.

### **Apontamentos teóricos**

No âmbito da escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha, contexto deste estudo, dois documentos foram consultados, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e a Proposta Curricular (PC). No PPP, a palavra avaliação é citada diversas vezes, mas sem relação com avaliação da aprendizagem, trata-se da avaliação das execuções das ações propostas pelo documento e da autonomia para avaliar quais conteúdos devem compor o plano de curso, como no trecho que segue abaixo:

A Constituição de 1988 e a lei 9.242 nos Artigos 78/79 da LDB garantem aos povos indígenas o direito de estabelecerem formas particulares de organização escolar – como, por exemplo: um calendário próprio e que lhes assegurem autonomia no que se refere à criação, ao desenvolvimento e a *avaliação* dos conteúdos a serem incorporados em suas escolas. (PPP, 2013, p. 17, *grifo nosso*).

Na PC, um documento que está anexado ao PPP, encontra-se mais explícitos os aspectos direcionados à avaliação da aprendizagem. De acordo com esse documento, o currículo é um instrumento que norteia, para a escola e para a comunidade, as práticas da Educação Escolar Indígena:

É o conjunto de ideias dos processos próprios da educação escolar indígena da comunidade Pataxó de Coroa Vermelha, que nortearão as ações e práticas pedagógicas vividas e formuladas pelos educadores junto aos educandos e comunidade, os conteúdos, à organização dos alunos e da instituição, o uso do tempo e espaço, a avaliação, as metas e os objetivos específicos considerados importantes para esta comunidade indígena. (PC, 2013, p. 2)

Segundo a PC, a escola compreende que ainda não avançou muito, de modo a ter seu próprio modelo de avaliação, mas se mostra atenta a não usar modelos de avaliação que favoreçam a exclusão dos alunos:

Ainda não avançamos muito, a ponto de criar métodos próprios de avaliação, mas temos consciência de que a avaliação classificatória exclui o aluno e não o permite uso de suas mais diversas inteligências. Pretendemos fazer o uso das mais diversas correntes de avaliação que evite a exclusão. (PC, 2013, p. 16)

Ao considerar que não avançou muito, entendemos a existência de uma “insegurança” quanto à coerência do que é proposto em relação à avaliação no âmbito dessa escola. Para amenizar essa situação, é destacado na PC que a escola buscou se assegurar em documentos sobre a Educação Escolar Indígena ao mencionar que “mesmo fazendo uso de métodos já conhecidos e estabelecidos, estaremos sempre nos orientando pela Lei de Diretrizes e Bases e pelo Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas” (PC, 2013, p. 16).

Além desses documentos, buscamos entendimentos sobre a temática avaliação em estudos como Gatti (2003), Pavanello e Nogueira (2006) e Muniz e Santinho (2010). Gatti (2003) defende que para ter sentido, a avaliação deve ser como uma filosofia de ensino:

Para ter sentido, a avaliação em sala de aula deve ser bem fundamentada quanto a uma filosofia de ensino que o professor espouse. A partir dessa premissa, o professor pode acumular dados sobre alguns tipos de atividades, provas, questões ou itens ao longo do seu trabalho, criando um acervo de referência para suas atividades de avaliação dentro de seu processo de ensino. (GATTI, 2003, p. 99)

Ainda de acordo com essa autora, a avaliação não deve ser uma etapa finalista, deve ser desenvolvida como parte do processo de ensino e aprendizagem:

que a avaliação não seja apenas finalista, mas, sim, incluída no processo de ensino e aprendizagem como meio para o autodesenvolvimento, tanto dos alunos em suas aprendizagens, quanto dos professores, como profissionais, em face das suas formas de ensinar. (GATTI, 2003, p. 102)

Para Muniz e Santinho (2010), o processo de avaliação deve ser transparente, formativo, integral e democrático. Essas autoras esclarecem que uma avaliação *transparente* é quando o desempenho do estudante fica evidente para ele, possibilitando-o ter a clara noção da proposta de trabalho do professor e os resultados que são considerados satisfatórios; uma avaliação *formativa* conscientiza o aluno sobre seu desempenho e possibilita refletir sobre ele; uma avaliação *integral* vai além do desenvolvimento cognitivo, propicia também o desenvolvimento de outras capacidades, inclusive a autonomia pessoal; e uma avaliação *democrática* é quando são discutidos os acordos e combinados entre os envolvidos no processo avaliativo.

Pavanello e Nogueira (2006), por sua vez, apresentam relações entre diferentes formas de conceber a matemática e seu ensino e a maneira como o professor avalia em matemática. Esse estudo nos alerta para a importância de entender como o professor indígena concebe a matemática a ser ensinada na escola indígena, para entender sobre como ele avalia em matemática.

Outros estudos como Brighenti (2017) e Silva (2016) discutem, especificamente, sobre avaliação no campo da Educação Escolar Indígena. Brighenti (2017) denuncia criticamente como o Sistema de Avaliação da Educação Básica não considera as particularidades das escolas indígenas, tendo como foco de seu estudo as escolas indígenas em Santa Catarina avaliadas nos anos 2011 e 2013. Esse autor esclarece que a avaliação sem respeitar as particularidades da educação indígena é uma prática que valoriza a sobreposição dos conceitos universalizantes sobre as especificidades. Ele defende que “a criação de mecanismos próprios de avaliação é um desejo e uma reivindicação dos povos indígenas. Que os processos de avaliação ocorram no interior de cada escola, de cada povo” (BRIGHENTI, 2017, p. 402).

Silva (2016), por sua vez, investigou as representações de professores indígenas, estudantes da licenciatura indígena, sobre avaliação da aprendizagem, no município de São Gabriel da Cachoeira - AM. Dentre as contribuições desse estudo, a autora apontou que as avaliações se concretizam nas práticas dos professores indígenas orientadas pelas preocupações e compromissos assumidos com a educação contextualizada e diferenciada que atendam às necessidades de suas comunidades.

Somando esforços com os trabalhos de Brighenti (2017) e Silva (2016) e, como já mencionado pelo primeiro autor, carecendo de pesquisas cuja temática central seja avaliação

da aprendizagem na Educação Escolar Indígena, acreditamos que, a partir deste artigo, contribuiremos para ampliar esse debate.

### **Avaliação (em matemática) do ponto de vista dos entrevistados**

Nesta seção, explicitaremos e analisaremos os dados oriundos das entrevistas realizadas com o professor Heron e com o professor Jelevado. O professor Heron esclareceu que, do seu ponto de vista, a escola indígena deve ter como foco o fortalecimento da cultura indígena, mas também deve ser o espaço de aprendizagem de conhecimentos que são externos a sua cultura, tendo como objetivo empoderar os estudantes indígenas para transitarem em espaços que não são indígenas e que predominam a cultura hegemônica:

**Primeiro autor:** A forma como desenvolve a disciplina de matemática está, do seu ponto de vista, convergindo com a Educação Escolar Indígena?

**Heron:** Acredito que sim, [...] acredito que eu tenho ido nessa base da comunidade, da Educação Escolar Indígena.

**Primeiro autor:** Ainda nesse sentido, o que você considera adequado para o ensino de matemática na Educação Escolar Indígena?

**Heron:** O que é adequado para mim é a cultura do nosso povo, da nossa comunidade em que vivemos. A introdução do conhecimento ancestral do nosso povo, trazer mais os anciões para dentro da escola porque eles são os conhecedores de conhecimentos. É de conhecimentos trazidos de geração a geração que os nossos alunos precisam aprender, [...].

**Primeiro autor:** O que você mudaria pensando na disciplina de matemática para atender às especificidades da Educação Escolar Indígena?

**Heron:** Talvez, na introdução e na valorização mais ainda do que já é valorizado, dos conhecimentos tradicionais do povo, esse conhecimento que é trazido de geração em geração pelo nosso povo, talvez trabalhar mais ainda, mas também não deixar de lado esses conteúdos que são necessários para a vida do nosso aluno. Porque nem sempre os membros da comunidade estão dentro da comunidade, por diversas vezes são necessárias as viagens, e com essas viagens é necessário ter esse conhecimento sobre o que não é nosso, que veio de fora, mas que a gente precisa se adequar, precisa se adaptar para poder ter esse diálogo.

O professor Jelevado, por sua vez, destacou que busca trabalhar os conteúdos de matemática que são legitimados na cultura dominante relacionando-os com os modos de vida de seu povo:

**Primeiro autor:** Professor, como você desenvolve suas aulas de matemática?  
**Jelevado:** Em minha metodologia, gosto muito de desenvolver atividades que envolvam os alunos, mesmo que sejam conteúdos mais complexos, vejamos exemplos claro como trabalhar geometria, apresentamos tantas artes na aldeia que se encontra presente as figuras geométricas, conceitos de

cálculos algébricos. Isso não quer dizer que não utilizo métodos tradicionais, pois meramente temos momentos para estas aulas mais específicas [...].

Nesse trecho, ele destacou que busca estratégias para não se submeter a lógica dominante para o ensino de matemática. Esse professor esclareceu o que entende por aprendizagem e, especificamente, por aprendizagem em matemática, sendo possível identificar consonâncias entre a forma como busca ensinar matemática e a forma como concebe a aprendizagem matemática em experiências do cotidiano da aldeia:

**Primeiro autor:** Professor o que você entende por aprendizagem?

**Jeivaldo:** Eu entendo que a aprendizagem é um processo de aquisição de conhecimentos, tanto práticos ou teóricos, que se desenvolvem durante todos os momentos de sua vida, este processo faz com que o indivíduo adquira novas habilidades e aperfeiçoe as que já tinha presente.

**Primeiro autor:** Certo, entendo. [...]. E sobre a aprendizagem na disciplina de matemática?

**Jeivaldo:** A aprendizagem na disciplina da matemática, tenho como conceito que a matemática se encontra presente em nosso dia-dia. [...]. Assim, acho, eu, que esta aprendizagem se constrói no dia a dia, na observação, na prática e até mesmo no ensinar.

Na sequência, o professor Heron explicita suas compreensões sobre avaliação e as finalidades de avaliar em matemática:

**Primeiro autor:** Como que você vê a avaliação da aprendizagem no ensino da matemática?

**Heron:** Se o aluno tem utilizado isso, se ele tem utilizado aquilo que a gente tem feito em sala de aula, aquela metodologia que a gente tem demonstrado pra eles, se ele tem conseguido resolver exemplos que a gente coloca em sala de aula pra eles, se tem ajudado em alguma coisa.

[...]

**Primeiro autor:** Como você avalia os estudantes a partir de suas aulas?

**Heron:** Eu avalio bastante a questão do interesse, [...], aquela aula no seu cotidiano de levar algo para si. Então, é a primeira coisa que avalio é o interesse do aluno se ele quer aprender, [...], a gente consegue identificar em sala de aula aquele aluno que quer e o que não quer.

[...]

**Heron:** Eu avalio muito a questão da participação em sala de aula né, cadernos, se realizou as atividades, se não fez as atividades, também tem muito a questão da ... da questão qualitativa dos alunos, se tem compromisso com a sala de aula, se tem o compromisso com o dever para casa, se é frequente em sala de aula, se tem toda essa participação de que é necessária para desenvolver um aluno de qualidade.

O professor Heron destacou o caráter qualitativo de suas avaliações. Nos trechos que seguem, ele explicou que considera necessário avaliar por meio de provas para possibilitar aos

estudantes indígenas condições de participarem de processos nos quais a aplicação de provas é o único modelo avaliativo:

**Heron:** Eu acredito que o aluno tem que passar por, por algumas provas né, em sala de aula, não uso abusivo de provas, mas acredito que é necessário, que é preciso a gente preparar nossos alunos aí para as diversas provas que tem fora da escola. Por exemplo, ENEM, concursos públicos. Então, eu acredito que prova também é necessário. Mas a gente também precisa trabalhar mais o coletivo das nossas aulas, a gente precisa mais ter essa questão do ajudar o colega, de ajudar a nossa comunidade, através de atividades e trabalhos também.

[...]

**Heron:** A gente avalia através de provas também, por que a gente precisa preparar os nossos alunos não somente para a comunidade, mas para o mundo aí fora. E também a gente tenta avaliar a participação dele com a comunidade, se ele tem sido participativo nas manifestações, se ele tem sido participativo ... em retomadas, se tem participação em tudo aquilo que é nosso e do nosso povo.

Na leitura dos trechos acima, identificamos a existência de tensões entre duas formas de avaliar, marcadamente nas falas do professor Heron. Uma delas está voltada para atender à dinâmica coletiva consonante com os objetivos da escola indígena. A outra é uma avaliação individualizada com o objetivo de preparar o estudante indígena para atuar fora do contexto da cultura indígena. Mais que isso, a leitura nos leva a afirmar que a aplicação de provas se apresenta como uma necessidade para o externo e que é vista como produtora de uma qualidade, individualização da aprendizagem, que não é o objetivo desse professor ao avaliar seus alunos indígenas. Diante disso, o professor Heron reforça a necessidade de produzir aprendizagens relacionadas às práticas coletivas para a atuação na comunidade.

A avaliação por meio de provas é justificada, pelo professor Heron, como uma forma de preparação dos alunos indígenas para ações fora de suas comunidades indígenas. Entendemos que essa justificativa vem acompanhada de uma crítica, por parte desse professor, sobre a incompatibilidade desse modelo de avaliação em relação à lógica de vida do seu povo. É possível afirmar que, para esse professor, o modelo que se estrutura a partir de avaliações individuais e que é concretizado por meio de provas é um ponto de tensão quanto as suas ações ao avaliar seus alunos.

Por sua vez, o professor Jeivaldo, demonstra resistências e preocupações em relação aos modelos de avaliação que têm como princípios a seleção e a classificação dos estudantes:

**Primeiro autor:** Quanto a avaliação da aprendizagem, qual seu entendimento?

**Jeivaldo:** Eu entendo que avaliação da aprendizagem é classificar, criar métodos para diagnosticar nível na aprendizagem, isso tudo tem a função classificatória, assim eu acho que esse termo indica que a avaliação da aprendizagem é uma forma de oprimir a aprendizagem do indivíduo. Esse é o contexto do conceito da aprendizagem no geral, mas em meu contexto é totalmente diferente, não acho que devemos indicar o que o aluno será avaliado por determinadas normas e sim observar a construção do ser como ser humano, ter contato diretamente com suas dificuldades, valorizar e aproveitar suas habilidades para orientação dos demais com sua ajuda, isso sim é uma aprendizagem de verdade, pois não estamos somente ensinando mas também construindo um ser humano rico socialmente e cultural na sociedade.

[...]

**Primeiro autor:** E sobre a avaliação do ensino da aprendizagem na disciplina de matemática?

**Jeivaldo:** Esse termo da avaliação da aprendizagem na disciplina da matemática, eu deixo um pouco de lado as normas das escolas não indígena, hoje considerando meu tempo de experiência lecionado na área da matemática muito importante para definir minhas práticas de avaliação na disciplina de matemática, tenho como forma de avaliar a observação, no individual, no coletivo, nos questionamentos, nas dúvidas, nas dificuldades. Até mesmo porque não defino qual desses itens de avaliação, o valor maior de nenhum deles, para meus critérios de avaliação todos eles são importante então a avaliação de cada indivíduo depende tão somente dele mesmo.

**Primeiro autor:** Como você relaciona esses dois aspectos na sua atividade de docência na disciplina de matemática?

**Jeivaldo:** Levando em conta toda minha experiência nesta área, veja esses aspectos como fonte de construção para melhores desenvolvimentos das minhas atividades durante meu processo de docência, pois hoje não me baseio somente em números, vejamos que o conhecimento da matemática está sendo construído não somente na escola, mas em todo cotidiano do indivíduo.

Nesses trechos da entrevista, o professor Jeivaldo destaca a incompatibilidade dos modos tradicionais de avaliar em relação à Educação Escolar Indígena. Ele diz que, na condição de professor, não submete as suas ações à forma tradicional da escola não indígena.

Nas falas dos dois professores, é coincidente a visão de que o modelo predominante de avaliação reduzido à aplicações de provas mostra-se incompatível à escola indígena. Mais que isso, esses professores assumem que resistem a esse modelo e, mesmo quando o utiliza, criticam sua incompatibilidade e destacam que esse serve para atender às demandas impostas pelo lógica da cultura dominante.

### Considerações finais

Baseando-nos nas falas dos professores indígenas entrevistados, consideramos que as formas de avaliar a aprendizagem propostas pelo sistema educacional nacional, respaldadas

em avaliações individuais, cujo principal instrumento é a prova, apresenta-se incompatível ao modo de vida do povo indígena representado neste artigo. Os professores indígenas, sujeitos deste estudo, em seus relatos, apontam indícios de práticas diferentes, orientadas a partir da participação, do interesse, do esforço e do comprometimento dos alunos nas atividades em sala de aula e na comunidade. Nessa direção, os resultados deste artigo convergem com o estudo de Silva (2016).

Em nossa análise, o estudo traz elementos importantes à formação de professores indígenas e à prática docente nas escolas indígenas ao pontuar que avaliar o aprendizado na disciplina de matemática, para esses professores, é um desafio, pois eles têm que atender à duas demandas: preparar os alunos para as avaliações em contextos externo à aldeia e valorizar a participação deles nas atividades coletivas da comunidade.

Nessa direção, concluímos que avaliar a aprendizagem dos alunos em escolas indígenas é complexo e esses dois professores desenvolvem formas singulares para avaliar o que consideram mais pertinentes à proposta de uma escola indígena, pois utilizam alguns aspectos ou instrumentos propostos pelo sistema para a avaliação da aprendizagem dos seus alunos, mas tentam encontrar possibilidades que escapem às regras, para melhor adaptar a avaliação ao que perspectivam para a Educação Escolar Indígena.

Nessa realidade e em suas singularidades, as avaliações propostas por esses professores indígenas se constituem de formas híbridas, pois se apoiam em características do que é externo à lógica indígena e o que é próprio dos seus modos de vida. Partindo desse entendimento, consideramos que, de alguma forma, esse artigo se alinha com a discussão apresentada por Brighenti (2017) de que os povos indígenas reivindicam formas próprias, convergentes aos seus modos de vida, para as avaliações que são submetidos.

A avaliação da aprendizagem se apresenta, portanto, como uma tensão à atuação desses professores indígenas que ensinam matemática. Esse movimento traz um desconforto aos professores, que têm que avaliar visando valorizar os conhecimentos culturais e preparar os estudantes para o externo.

Ao analisar os dados das entrevistas, identificamos desconfortos que os professores vivenciam ao ter que avaliar a aprendizagem dos seus alunos. Sobre o desconforto, acreditamos que não é apenas dos professores, está presente na Proposta Curricular da escola, quando fica explícito que a escola ainda não tem um modelo próprio de avaliação, mas que se preocupa em não praticar uma avaliação excludente. Ao mesmo tempo, a escola não deixa de avaliar segundo o modelo tradicional, justificando-se a partir do objetivo de preparar seus alunos para as vivências e

necessidades fora da aldeia, pois na aldeia a avaliação tem outro sentido, que é pautada na participação das atividades da escola e da comunidade.

Para finalizar, convidamos a comunidade de educadores matemáticos envolvida na formação de educadores indígenas para criarmos espaços de diálogos sobre a temática avaliação da aprendizagem na Educação Escolar Indígena. Talvez, dessa forma, conseguiremos contribuir para melhor pensarmos essa temática nos cursos de formação de educadores indígenas, considerando as demandas formativas dos diferentes povos indígenas.

## Referências

ASSIS, Valéria Soares de. Avaliação de alunos indígenas na Universidade Estadual de Maringá. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 17, n. 33, p. 77-88. jan./abr. 2006.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Entre o universal e os específicos na construção da educação escolar indígena. **Educ. Públ.** Cuiabá, v. 26, n. 62/1, p. 391-403, maio/ago. 2017.

FERREIRA DE SOUZA, Diovania. **O uso da internet e o ensino-aprendizagem da matemática tendo como contexto o colégio Indígena Pataxó Coroa Vermelha**. Percurso acadêmico – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Licenciatura em Formação Intercultura para Educadores Indígenas, Belo Horizonte, 2018.

FIGUEIREDO, Paulo Maia. MEMÓRIA, TERRITÓRIO E INICIAÇÃO À DOCÊNCIA INDÍGENA NA UFMG. In: **Formação de educadoras e educadores do campo e indígenas: experiências do PIBID Diversidade FaE/UFMG**. LEAL, Álida Angélica Alves; SILVEIRA, Kátia Pedroso; MACHADO, Maria Zélia Versiani, et al. (orgs). Belo Horizonte: Pibid/FaE-UFMG, 2018, p. 175-206.

GATTI, Bernadete A. O professor e a avaliação em sala de aula. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 27, jan-jun/2003.

JESUS, Gabriel Florencio de. **Avaliação da aprendizagem em matemática: do ponto de vista do professor indígena que ensina matemática em uma escola indígena**. Percurso acadêmico – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Licenciatura Em Formação Intercultura para Educadores Indígenas, Belo Horizonte, 2018.

MUNIZ, Maria Inês Sparrapan; SANTINHO, Mirian Sapiéri. Focalizando o processo de avaliação na formação contínua de professores de matemática. In: Lopes, Celi Espasandin; Muniz, Maria Inês Sparrapan. **O processo de Avaliação nas aulas de Matemática**. Campinas: Mercado de Letras, 2010, p. 41-67.

PAVANELLO, Regina Maria; NOGUEIRA, Clélia Maria Ignatius. Avaliação em Matemática: algumas considerações. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 17, n. 33, jan./abr. 2006.

Projeto Político Pedagógico da Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha, 2013.

Proposta Curricular da escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha, 2013.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Maria Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006. 112 p.

SANTOS, Jonatha Daniel dos. Etnomatemática e Povos indígenas de Rondônia: processos de mecanismo de controle e contraconduta. **Perspectiva da Educação Matemática**, v. 11, n. 25, p. 74-92, 2018.

SILVA, Josiani Mendes. **Avaliação da Aprendizagem nas representações de licenciandos indígenas, professores em exercício na educação básica, em São Gabriel da Cachoeira – AM.** 2017. 200f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA SOUZA, Leidiane da. **Estatísticas e narrativas: olhares e sentimentos sobre a morte de pessoas jovens da população indígena da aldeia pataxó Coroa Vermelha.** Percurso acadêmico – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Licenciatura Em Formação Intercultura para Educadores Indígenas, Belo Horizonte, 2018.

TOMAZ, Vanessa Sena; CAMPOS, Ilaine da Silva. Práticas sociais (matemáticas) de produção de um planejamento financeiro na formação de educadores indígenas. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 12, n. 2, p. 556-576, maio/ago. 2018.

**Submetido em Novembro de 2018**

**Aprovado em Dezembro de 2018**